

SUPORTE PSICOPEDAGÓGICO: ALICERCE À REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR EM CONTEXTOS DE DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

SILVA, Milene Andréa Chaves¹

RU: 2644180

RICETTI, Rogeria Maria²

RESUMO

Esse estudo objetiva efetuar uma análise, por meio de pesquisa de publicações de várias fontes, já disponibilizadas sobre o assunto, a respeito da atuação positiva da função laboral do psicopedagogo para diminuição nos níveis do abandono escolar, que constantemente desafiam a educação brasileira, principalmente quando os alunos em questão apresentam alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem. Em um primeiro momento, buscou-se, a fim de embasar a argumentação, a leitura de uma revisão histórica acerca da maneira como as dificuldades e deficiências foram manejadas em vários períodos da história, até a apresentação de um panorama do contexto atual em que foi apresentado, em que o fracasso escolar é uma questão que demanda atenção cada vez mais crescente dos profissionais da área educacional. Por fim, ressaltou-se a importância da educação especial e do acompanhamento psicopedagógico como meio de efetivar a inclusão e a manutenção dos alunos dentro do ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Acompanhamento profissional. Dificuldade de aprendizagem Educação especial.

1. INTRODUÇÃO

O olhar do atendimento ao público alvo (ao aluno) não deve ser estereotipado. Cada indivíduo deve ser considerado a partir de suas características pessoais que são únicas e diferentes, e, ao olhar por um viés da psicopedagogia, se transforma em laboratório de experiência e acolhimentos diários, considerando que os alunos com deficiência ou dificuldade são discriminados desde a Idade Antiga até a atualidade. Entretanto, é possível visualizar que tudo pode ser transformado positivamente por inclusão e orientações.

¹ Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. (Março-2022).

² Professora Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER. Graduada em Pedagogia (UFPR), Especialista em EAD (UFPR) e Mestre em Educação com especialização em Tecnologias na Educação (UNINI/EUA).

Nesse sentido, a educação é responsável por proporcionar conhecimento aos indivíduos por meio dos profissionais que nela atuam, desde que sejam devidamente capacitados e instruídos para tal demanda.

Dessa forma, realizou-se pesquisa em que teve como objetivo principal analisar e sintetizar a evolução histórica acerca de como as dificuldades de aprendizagem eram tratadas pela sociedade e pelos educadores. Pois, a partir desta reconstrução é possível analisar o contexto atual com mais clareza, dado que ele é produto de suas concepções precedentes.

Por conseguinte, a pesquisa bibliográfica é capaz de demonstrar por meio da argumentação que a evasão e o fracasso escolar são um problema que demanda muita preocupação, resultante de processos segregacionistas, que ultrapassam os muros das escolas.

Diante disso, observa-se que é fundamental que as transformações de comportamento, viabilizem a quebra de paradigmas discriminatórios que segreguem e excluam aqueles que são considerados “diferentes”, e consigam valorizar as competências de cada pessoa indivíduo a ponto de atender as suas necessidades.

Por fim, o propósito deste estudo é analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, como o psicopedagogo enquanto agente atuante no processo de aprendizagem, faz a leitura da realidade social e familiar, busca respostas e formas de atender de maneira global as necessidades educacionais, pode intervir a tempo de garantir a permanência do aluno dentro do ambiente escolar e assim evitar o abandono dos estudos.

Dessa forma, como o suporte acadêmico, proporcionado por um psicopedagogo a um aluno com dificuldades de aprendizagem, pode influenciar positivamente na redução dos índices de evasão escolar?

Para tal, a metodologia científica utilizada neste trabalho foi a revisão bibliográfica, para a captação de dados qualitativos acerca do conteúdo acadêmico já produzido por pesquisadores em artigos presentes na plataforma CAPES e em livros publicados na temática estudada.

A fundamentação teórica deste estudo é embasada por vários pesquisadores, destacando-se Fernandes (2013), Bossa (2007) e Silva (2016).

Uma vez que, Fernandes realiza uma reflexão crítica sobre os fundamentos que permeiam a educação especial no Brasil, de acordo com os seguintes eixos

temáticos: história e deficiência, políticas públicas e inclusão escolar, currículo e educação especial e formação de professor.

Bossa, por sua vez, em sua obra discorre sobre temas como: fracasso escolar, dificuldades de aprendizagem, avaliações psicopedagógicas e espaços psicopedagógicos em diferentes cenários.

E por fim, Silva em seu trabalho de conclusão de curso disserta diretamente sobre o exercício da psicopedagogia frente a evasão escolar.

A revisão justifica-se pela intenção de elucidar a relação entre o suporte acadêmico oferecido por psicopedagogos e a evasão dos alunos em instituições de ensino

Portanto, pode-se afirmar que trabalhar este tema academicamente, por meio de pesquisas como esta, é de fundamental importância para fomentar os estudos acerca do argumento e, conseqüentemente, aprimorar e incentivar o acompanhamento ao aluno a fim de reduzir cada vez mais o abandono estudantil.

2. PANORAMA CONTEXTUAL: OBSTÁCULOS QUE GERAM EVASÃO E A NECESSIDADE DE PROMOVER A PERMANÊNCIA ESCOLAR

A educação é direito fundamental previsto na Constituição de 1988 e, por este motivo, um objetivo a ser alcançado e efetivado no Brasil.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (19394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um número elevado de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos fundamentais à educação das crianças e dos adolescentes. Nesse sentido, cabe a instituição escolar valer-se de todos os recursos dos quais disponha para garantir a permanência dos alunos na escola. (PACIEVITCH, 2021).

Algumas variantes tornam a evasão escolar um desafio para a sociedade, sobretudo para o meio acadêmico e o sistema educacional em geral. Destacam-se fatores sociais, econômicos e estruturais.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas do período de 2007, revelaram que de uma porção de cem alunos ingressantes no primeiro ano, somente cinco terminam o ensino fundamental.

A garantia de acesso à educação é direito de todos e vem sendo discutido em todo o mundo, revelando a justificativa de se elaborar metodologias em que o

aprendizado seja construído para atender-se às necessidades de todos os discentes, de forma inclusiva.

Em contraponto, indivíduos com deficiência ou dificuldade têm sido vítimas de intolerâncias, preconceitos e discriminações desde a antiguidade até os dias atuais. O fracasso escolar das pessoas com necessidades educativas especiais, é um desafio recorrente enfrentado pelas equipes pedagógicas e profissionais da educação no país. Segundo Bossa:

[...] a evasão está intimamente ligada ao fracasso escolar, que se trata de um fenômeno que não é natural, mas resultado das condições de interação entre a proposta de ensino, a absorção do aprendizado por parte dos aprendentes, os modelos de ensino e de avaliação, além do contexto escolar e familiar (BOSSA, 2007 citado por SILVA, 2016, p. 6).

Esta discussão é o pontapé inicial do surgimento da educação especial e inclusiva, trabalhada a seguir na revisão histórica.

2.1 REVISÃO HISTÓRICA

Todo o movimento que engloba o complexo e contínuo aprendizado de todas as ações que excluía os indivíduos com necessidades especiais, é constante devido a todas as ações que se aplicaram no decorrer desse trajeto. A humanidade desenvolveu um modo de inserir a inclusão social, porém, não podemos dizer que essa é uma questão que chegou ao fim, pois ainda existem muitos pontos a melhorar. O que antigamente era socialmente aceito porque atendia uma demanda de um período específico da época, hoje, necessariamente precisa ser revisto. É preciso ter uma visão de como se deu esse processo ao longo da história, da exclusão à inclusão das pessoas com necessidades especiais. Desse modo, será apresentada a seguir, uma revisão histórica em ordem cronológica acerca do tema em questão:

São insuficientes os registros das condições de existência de pessoas com deficiências, na origem da humanidade. Pela inexistência de referências históricas sobre esses sujeitos nas sociedades primitivas comunais, constata-se que as práticas de abandono predominavam, uma vez que a capacidade de sobrevivência decorria de habilidades individuais para caça, pesca e abrigo, diante da total submissão do homem aos desígnios da natureza. Assim, muito provavelmente, eram seletivamente eliminados aqueles que não poderiam contribuir para a manutenção da subsistência do grupo (BIANCHETTI, 1998, apud FERNANDES, 2013, p 37).

Por serem considerados entraves ao modelo de divisão do trabalho até então adotado socialmente, as pessoas com deficiência eram, geralmente, abandonadas a própria sorte sendo deixadas em florestas, montanhas ou atiradas de penhascos, o que se tornou uma prática comum na Idade Antiga.

O acesso de riquezas existia em poucas mãos, as pessoas com deficiência eram desprovidas das heranças da família e do matrimônio, dependiam dos serviços que eram desinteressantes aos demais, em modelo análogo à escravidão. A composição de um ser humano dotado de corpo e alma, previstos pelo prisma cristão, está atrelado ao novo cenário político econômico que se apresenta a seguir e é formado por servos que substituem o quadro escravocrata e atendem à demanda dos sacerdotes e guerreiros, que vem a ser a nova classe dominante. Somado à nobreza, o clero detém poder e influência suficientes para moldar o padrão da sociedade no que se refere ao seu comportamento.

Somente na Idade Média (Século XII) é que as pessoas ditas como: doentes (defeituosas e/ou mentalmente prejudicadas) receberam atenção da sociedade. Nessa época dissemina-se a ideia de que a humanidade é criação divina e, portanto, tem direito a vida e não deve ser condenada à morte.

Contudo apesar das vidas poupadas, um fator ainda determina o destino dessas pessoas – a decisão sobre o aproveitamento ou não da sua mão de obra, que estava na dependência daqueles que detinham autonomia sobre as posses de terra e meios de produção.

Os desempenhos sociais acerca da deficiência, no entanto, são projetados de maneira ambígua e contraditória. Por um lado, havia uma tendência a interpretar o nascimento de uma pessoa com deficiência como um castigo de Deus como, por exemplo, as crises de epilepsia ou a deformidade dos corpos eram interpretadas como feitiçaria, possessões, instrumentos de distração dos nobres ou expostos em praça pública. Contraditoriamente, de outro ponto de vista, a perspectiva de que essas pessoas eram escolhidas por Cristo e predestinadas para o dom da cura como os cegos, por exemplo, eram tidos como pessoas abençoadas com o poder sobrenatural dos profetas para a vidência. (BRASIL, 2000, p. 11 apud FERNANDES, 2013, p. 40).

A partir do século XVI foram verificadas ações de acolhimento às pessoas com deficiência, considerando que as mesmas detêm valor como pessoa humana dotada de necessidades. Destacam-se as iniciativas de assistencialismo.

Na Idade Moderna, surgiram as primeiras iniciativas assistenciais filantrópicas que tratavam do acolhimento às pessoas com deficiência, por meio da criação de asilos e abrigos a partir do prisma cristão e os conceitos de bem e mal, céu e inferno, e etc. Essa passagem histórica, mesmo com promessas de um ideal de subsistência dos indivíduos dá início a uma era de isolamento, visto que, aqueles que não eram tidos como normais, como os doentes mentais/físicos eram afastados do convívio social.

Com o advento da Revolução Burguesa, o cenário político e econômico sofreu grandes transformações, como a perda de comando da Igreja Católica e da realeza, surgindo a então, sociedade capitalista, conectada ao processo de industrialização que deu início a novas políticas, baseadas em conceitos que visavam necessidades da população como: saúde, higiene, natalidade, etnias, entre outros.

E, com o início da Revolução Industrial acontece a conversão da força de trabalho que deixa o homem em segundo plano com relação a máquina que é a força motriz dos meios de produção. Nessa sociedade categorizada, todos os elementos indispensáveis ao aumento do capital são notados, desde a força de trabalho de mulheres e crianças a das pessoas com deficiência que passam a ter valorização / remuneração.

Historicamente (séculos XVI e XVII) a predominância de pessoas com deficiência participando de processo produtivo industrial era de cegos e surdos.

Cabe ressaltar que, o senso de igualdade entre as pessoas que surge na ascensão da sociedade capitalista, na prática gera ainda mais desigualdade entre as pessoas que precisam investir toda sua energia física, mental e emocional no desenvolvimento das atividades laborais. À medida que as pessoas não são iguais, as suas diferenças se sobressaem quando há qualquer tipo de limitação.

Nessa dinâmica de mercado, o homem que é um ser produtor, atinge seus objetivos no ambiente de trabalho e conquista capital para o seu sustento, detém poder aquisitivo e de negociação. Caso, o mesmo não se adeque ao sistema de trabalho vigente, automaticamente, é excluído e taxado de incompetente ou ocioso.

Na idade contemporânea (século XVIII) a sociedade capitalista ganha força e traz à tona um processo produtivo que tem por objetivo categorizar de acordo com os padrões vigentes da época as pessoas em “conforme” e “não conforme”, “[...] a institucionalização da norma, que constitui no século XIX o conceito de anormal, age

sob a forma de diferentes técnicas e dispositivos: a escola, a família, o hospício, a prisão e no caso deste trabalho, a Educação Especial.”. (LUNARDI, 2002 apud FERNANDES, 2013. p.45).

As discrepâncias observadas entre as pessoas tidas como normais e anormais são inúmeras, porém possibilitam experimentar, descobrir e revelar características muito interessantes e importantes na convivência entre diferentes pessoas e inclusive atingir resultados positivamente diferenciados.

Para Fernandes, discriminar as pessoas por suas características individuais agrega o processo educacional.

Já o Francês Jean Itard, ilustra essa questão com a história do menino que criado por lobos tornou-se selvagem e ineducável, porém sobreviveu e obteve êxito em seus feitos. Assim Jean Itard (1744-1838) tornou-se aquele que primeiro abordou e disseminou a educação especial.

Um dos propósitos que se seguiu a esse é do também médico francês de quem Itard era discípulo na medicina psiquiátrica e cujos estudos sobre a mente humana comportaram melhores conhecimentos das doenças mentais. Pinel descreveu e distinguiu os diferentes tipos de perturbações mentais e humanizou o tratamento a esses pacientes. (FERNANDES, 2013, p. 46).

Perante o crédito dessa visão, as entidades especializadas iniciam um processo de mudança entre condutas clínicas e pedagógicas. O modelo clínico-terapêutico representa-se pela predominância da área médica sobre a pedagógica nos critérios utilizados para o tratamento da deficiência, restringindo o complexo ocorrido explicação orgânico-funcionais, destaca-se:

A deficiência mental identifica-se pelo comportamento intelectual consideravelmente inferior à média, além disso, o sujeito pode apresentar limitações relevantes em outras áreas como a comunicação, o autocuidado, as habilidades sociais e interpessoais, entre outros aspectos. Já a doença mental, interfere nas atitudes sociais do indivíduo que as expõem, causando inconstâncias qualitativas expressiva em seus comportamentos e em ambientes sociais, familiares, profissionais e pessoais, tendo como referência parâmetros estimativos considerados normais para um estado absoluto de saúde mental que abrangem quadros de neuroses e psicoses, cujos distúrbios são a depressão, o transtorno obsessivo compulsivo (TOC), o transtorno bipolar e a esquizofrenia. (FERNANDES, 2013, p. 49).

O saber vigente pôde assimilar que a avaliação dos alunos com transtornos psíquicos requer uma ação multiprofissional, e diferenciar ambos os quadros é

imprescindível para as políticas de inclusão, tido que o suporte personalizado a esses sujeitos atende a particularidades muito diferentes, em que a assistência pedagógica é agregada pela área da saúde, por meio de profissionais da área e se necessário, assim como fazendo o uso de medicamentos.

Essa tradição que contribuiu e consolidou a pedagogia terapêutica, são as determinações dessas ações que abrangem e determinam os professores especializados e os profissionais de saúde a atribuir ao comportamento dos alunos que não atendem as determinações escolares ou a composição das turmas para contribuir para a metodologia e a naturalidade.

Desse período em diante, surgiram discussões acerca dos direitos fundamentais dos cidadãos, inclusive a ONU – Organização das Nações Unidas, por meio de seus membros, criou o consenso ético que garante a não discriminação das minorias sociais.

Nos anos de 1960 e 1970 a disseminação de múltiplas culturas transformou as noções morais e normativas que dispensam a unidade cultural, ou seja, a ideia de que apenas um conceito ou uma visão ideológica deve ser aceitável na sociedade e rejeitada por todos aqueles que buscam a mudança, dando espaço a discussão a partir de múltiplos pontos de vista, dos mais variados segmentos e advindos de uma ampla gama de pessoas.

Em conformidade com esse cenário político e teórico, movimentos de desacordo com os modelos de dominação cultural vigentes, integram à luta multicultural de grupos ditos minoritários – mulheres, afrodescendentes, indígenas, homossexuais, etc. Forma-se assim uma luta em grande escala, representada a nível global. Desvinculando a imagem de fragilidade e combatendo a discriminação e o preconceito sofrido ao longo do tempo.

A modificação no trato e nas políticas públicas voltadas aos indivíduos com deficiência e suas capacidades de relações em contextos sociais menos segregados, relacionam as primeiras ações que qualificarão o processo de integração e posteriormente, de igualdade social.

É importante diferenciar integração social de inclusão, pois a primeira é definida pela neutralidade na ação de acolher as diferenças, enquanto que a segunda visa inserir socialmente todos os indivíduos. A inclusão prevê que haja envolvimento entre os indivíduos e entidades que promovam a produção do saber, dotados de meios que

garantam acesso e efetividade nas ações de inclusão. O quadro que se apresenta envolvendo fatores de luta, de melhorias, de mudanças e transformações cognitivas e sociais continua atrelado e determinado pela concepção da classe dominante, como mencionado anteriormente, aquelas que detém poder e influência social – dominam os meios de produção e ditam os moldes das novas gerações.

2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E A SUA RELAÇÃO INVERSA COM A EVASÃO

Atualmente, ainda é frequente observar o estereótipo da incapacidade ao aprendiz. Ao analisar essa questão, nota-se que há um padrão em atrelar certas características específicas ao indivíduo que tem dificuldade de aprendizagem (desinteresse, falta de investimentos ou apoio nos estudos e ainda uma deficiência que se torna um empecilho no processo educacional). Segundo Tavares:

A dimensão social ou comportamental da barreira atitudinal combina as cognições e os afetos que se edificam em torno da leitura racional e emocional que a sociedade dispõe sobre as pessoas com deficiência. Esse componente da barreira social significa, pois, uma tendência, uma predisposição a ação, uma intencionalidade do comportamento ou a ação efetiva da prática discriminatória, deteriorante da efetivação dos direitos humanos e sociais por pessoas com deficiência. (TAVARES, 2012, p.15).

A educação regular, por sua vez, ao invés de prestar amparo tem instrumentos de exclusão que alcançam uma extensa sucessão do público escolar, atribuindo-lhes a incumbência pela sua reprovação devido a problemas orgânicos (distúrbios, deficiências, transtornos), familiares (abandono, superproteção, desorganização) ou questões de cultura e financeiras (situação de vulnerabilidade social, má alimentação e inexperiência de vida). Ratificando assim o contexto problemático da evasão e fracasso. Segundo Cordié:

O fracasso escolar é uma patologia recente. Só pode surgir com a instauração da escolaridade obrigatória no fim do século XIX e tomou um lugar considerável nas preocupações de nossos contemporâneos, em consequência de uma mudança radical na sociedade (...) não é somente a exigência da sociedade moderna que causa os distúrbios, como se pensa muito frequentemente, mas um sujeito que expressa seu mal-estar na linguagem de uma época em que o poder do dinheiro e o sucesso social são valores predominantes. (CORDIÉ, 1998 apud BOSSA, 2002).

É possível verificar que a censura não é privilégio da educação regular, mas uma barreira social, presente nos conjuntos dos níveis de ensino, até mesmo na educação especial, que tem necessidade de ser um ambiente abrangente e acolhedor.

É essencial invocar nessa questão, todos os elementos envolvidos no processo educacional priorizando o alcance e a presença dos alunos em classe.

[...] e se comprometerem, através das situações de comunicação, informação ou formação, a combater compreensões equivocadas, estereótipos, preconceitos, práticas nocivas, barreiras atitudinais existentes quando o assunto em tela é a inclusão da pessoa com deficiência na escola, no trabalho, no lazer, na política local e mundial. (TAVARES, 2012, p.179).

Nessa área, quando os alunos possuem características sobressalentes provenientes de um panorama especial de aprendizagem ou disfunções cognitivas, ou quando indicam condições socioculturais diversificadas e economicamente desfavoráveis, possuem a garantia legal de efetuar seus estudos em instituições comuns, porém inclusivas e capazes de para atender as suas necessidades, “[...] Portanto, assume a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (BRASIL, 2007, p.10).

Onde o senso de grupo, a colaboração, a cortesia, o amparo e a humanização trabalham para mudança social, tão fundamental para esse fazer inclusivo.

Nesse sentido, a visão interacionista das deficiências oportuniza a transformação do centro da escola na explicação do insucesso da aprendizagem, tendo posto que as metas alcançadas pelos aprendentes seria resultado do pontual destaque nas circunstâncias estruturais externas, necessárias à sua efetivação. É oportuno esclarecer que a adaptação compreende a capacitação do alunado para adequar-se à escola, já inclusão é voltada à eliminação dos empecilhos capazes de bloquear o envolvimento das pessoas deficientes no convívio social e também para a mudança institucional, bem como para o afastamento de normas e padrões que propiciam a exclusão. Tavares confirma a concepção de que “a escola deve confrontar práticas discriminatórias e criar alternativas para superar a lógica da exclusão.” (TAVARES, 2012, p.195).

Essa conjuntura, demanda de um novo ideal de constituição que tenha como foco duas vertentes: profissionais capacitados, cuja consciência e percepção estejam alinhados as práticas da escola inclusiva.

Assim sendo, o psicopedagogo é o profissional da atualidade e um especialista da aprendizagem, que surgiu ao longo do tempo, visto a necessidade em mediar problemas de aprendizado nas instituições. É responsável por fazer as escutas dos educandos e identificar os possíveis motivos que levam aquele aluno a se evadir ou a apresentar um declínio quanto ao seu rendimento. Esse profissional trabalha numa linha direta entre aluno, professor e familiares.

Essa organização precisa trabalhar a lógica do trabalho coletivo em detrimento ao trabalho individual, que faz com que determinado problema apresentado não pertença a toda uma instituição, passando a acreditar que cada indivíduo, respeitadas as suas características individuais em conjunto, pode agregar conhecimento sem críticas.

[...] os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; a aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos: a constância e a ocasião, a frequência (sic) e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto. (CHIZOTTI 1991 apud PAULILO, 1999, p. 1).

O profissional especializado com seus procedimentos e metodologia de trabalho, poderá ser de grande valia na colaboração, onde todos os estudantes com necessidades especiais deverão ter seu espaço garantido. Isto posto, se enquadra nesse contexto a Psicopedagogia, que se alimenta da interdisciplinaridade e de equipe multiprofissional, atua como uma lupa que maximiza e ajuda a todos vislumbrarem com maior clareza fatores que formam a individualidade e que ajuda a desmistificar preconceitos e formular conceitos.

Cabe diferenciar que a psicopedagogia tem o propósito de estudar as dificuldades dos indivíduos, no sentido de buscar o entendimento do processo em que se dá a aprendizagem humana. Enquanto que o psicopedagogo é o profissional que tem por objetivo fazer a inclusão, ou seja, não apresentar restrições para responder a uma extensa gama de carências, promovendo tanto a diversidade de forma geral nas diferenças subjetivas de gênero, raça, etnia, de condição física, mental, visual,

auditiva, de nível de aquisição circunstancial de aprendizagem, entre outras. Segundo SILVA (2016):

O psicopedagogo tem como função realizar o diagnóstico institucional, auxiliar o professor e nas questões metodológicas e psicopedagógicas, orientar os pais, contribuir com a direção para proporcionar um bom entrosamento entre os integrantes da instituição, e ajudar o aprendiz que esteja com dificuldades na aprendizagem. (SILVA, 2016).

O eixo norteador de atuação no tocante à educação inclusiva deve ser a ampliação da noção própria da inclusão, para que alcance a todos os grupos que vem sendo historicamente excluídos do ambiente escolar. Ainda Silva, menciona que na experiência e prática, identifica-se marginalização, desconforto, preconceito, fragilidades e potencialidades, destaca-se a necessidade de acolher, avaliar e compreender. Assim sendo, avaliar necessidades específicas, planejar adaptações ou flexibilizar é ato necessário para muitos alunos, o que não significa permitir ao aprendiz criar dependência, mas sim motivar resultados que não aconteceriam sem estímulos.

A intervenção psicopedagógica ocorre no assessoramento de pessoas que apresentam dificuldades de aprendizagem, por meio da prevenção, do diagnóstico e da intervenção terapêutica. Diante do desempenho escolar insatisfatório e objetivando esclarecer as causas das dificuldades, os aprendizes são encaminhados ao psicopedagogo, pelas escolas que frequentam, pelos pais ou outro campo profissional. (SILVA, 2006).

Portanto, a respeito do procedimento adotado na prática, a prioridade será a manutenção do aprendiz no ambiente escolar, onde o início no processo de aprendizagem será de um acolhimento incondicional a cada aprendiz, numa fase de transição onde há muita carência na conclusão do Ensino Médio para o ingresso na vida acadêmica universitária, com a sugestão de que nos cursos preparatórios ou na disciplina de ensino profissionalizante sejam introduzidos conceitos iniciais imprescindíveis ao sucesso acadêmico via ENEM, SISU, Cotas, Nota de corte, PROUNI e FIES, para estimular o acompanhamento das diversas formas oferecidas para ingresso, orientar a preparação de toda a documentação necessária, pesquisar e estabelecer vínculo com a leitura das normativas de acessibilidade, propiciar o amor próprio, o autocuidado e a independência.

Este acolhimento sustenta-se por uma análise da trajetória de cada estudante ainda adolescente, da evolução da sua destreza ao resolver problemas e de seus enriquecimentos no tratamento das transformações para participação da vida social adulta na comunidade acadêmica diariamente. Esse fato advém da observação das falhas identificadas por ele, que servirão para o planejamento de novas ações focando a melhoria no nível de ingresso a essa aprendizagem evolutiva.

Apostando-se nas capacidades, talentos e interesses de cada um desses sujeitos, abrindo a porta para a sua experiência e seu contato com o mundo, enxergando menos a deficiência ou dificuldade e valorizando o potencial de cada um. "Muitas vezes as pessoas nunca tiveram oportunidade de efetivamente dizer sua experiência. Fazem-no então pela primeira vez, e frequentemente se surpreendem com o que dizem. A pesquisa fenomenológica é a pesquisa do vivido." (AMATUZZI, 2005, p.19).

Nesse contexto, busca-se direcionar a instituição de ensino para adoção de novas diretrizes, que potencializam o sucesso educacional ao identificar os pontos a serem melhorados na aprendizagem que antes estavam engessados em um modelo defasado na política educacional e causavam o fracasso escolar.

A atuação psicopedagógica é de suma importância na definição de estratégias que combatam a evasão escolar, uma vez que essa atua como agente de transformação do processo de aprendizagem e o torna efetivamente eficaz. Andrade Neto (2015) corrobora com esse pensamento, pois para ele:

O profissional psicopedagogo é detentor de diversos conhecimentos que se encaixam perfeitamente no trabalho de reinserção de crianças em situação de evasão escolar, por sua formação abranger as questões sociais do não aprender, as questões do sujeito em situação de risco social e ainda a cultura da reprovação que afasta os alunos de sala de aula e da escola (...) fica notória a necessidade de tal profissional atuando junto à criança e ao adolescente em situação de evasão escolar, pois ele pode influenciar esses indivíduos com sua intervenção e favorecer o gosto pela aprendizagem, fazendo com que a volta para sala de aula seja mais prazerosa e a aprendizagem mais significativas, além de poder atuar junto a escola e ao professor, intervindo em possíveis falhas na metodologia de ensino. Ou seja, assessorando os educadores na reinserção na escola de crianças e adolescentes em situação de risco social e evadidos desse contexto. (ANDRADE NETO, 2015, p.9).

Apesar de toda a preparação do profissional de psicopedagogia é necessário ir além e desenvolver constantemente seu dinamismo e conhecimento sobre cada

aprendente, de forma que, observe e tenha ciência de cada dificuldade que paulatinamente afasta o alunado da instituição, pois, quando o estudo é apresentado de modo bem dinâmico e flexível, abrangendo as necessidades individuais, o acolhimento se torna natural e a vontade, o querer estar ali também se tornará cada vez maior. Fato que, quando não praticado, irá justamente acontecer de forma contrária, causando a evasão. Além da estrutura empática criada no clima institucional é imprescindível a estrutura física adequada também, pois com a facilidade de acessos e um acolhimento adequado tende a ocorrer uma absorção de conhecimento de forma facilitada tornando a isonomia real. Deste modo, enfatizando a importância das ações preventivas, Silva complementa:

O psicopedagogo visa atuar de maneira preventiva para que possibilite antever as dificuldades de aprendizagem, bem como, na elaboração do diagnóstico e trabalho em conjunto com a família frente às ocorrências oriundas das dificuldades no processo do aprender. No entanto, falar em aprendizagem sem desconsiderar os aspectos que rodeiam a vida do aprendente é reforçar a continuidade do fracasso. (SILVA, 2006, sp.).

Por essa razão, são imprescindíveis as mudanças organizacionais que abarcam o deslocamento de obstáculos, com a finalidade de que todos possam adquirir conhecimento e exercer interação em conformidade e possibilidade de situações, sobretudo nessa faixa etária complexa, de transição da adolescência para a vida adulta. É válido ressaltar que se não houver oportunidade para lidar com o diferente, considerando toda a sua complexidade, dinâmica e explorando todas as suas variáveis, o trabalho de inclusão não acontece de fato e o processo de aprendizagem torna-se vazio e sem propósito. É importante considerar o outro e aquilo que ele representa. É o princípio da dignidade humana.

3. METODOLOGIA

Os fundamentos utilizados para a criação deste estudo foi a revisão bibliográfica, a fim de coletar dados qualitativos acerca do assunto e efetuar uma pesquisa em documentos discursivos sobre o tema, sem intenção de esgotar o argumento, dada a complexidade deste e o grande volume de variedades envolvidas, uma vez que esta é uma ciência da humanidade. Para Severino (2007), essa modalidade de pesquisa:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p.122 apud ÁLAZE GABRIEL, 2013).

Agir como aquele que pesquisa diversos segmentos, a pesquisa bibliográfica nos remete a novos caminhos para resolver problemas, apropriando-se da lógica científica na análise da situação e agindo como agente multiplicador.

A metodologia adotada no atendimento ao aluno, conforme a sua especificidade é de apropriações que vão utilizando-se de áreas de interesse pesquisada e ampliando outras áreas de conhecimento, como inclusões, critérios e objetivos. Esse método analisa como o acolhimento ao aluno necessita de explicações simples, porém diretas a diferentes apoios e estímulos, mas de imprescindível sensibilidade e capacitação do profissional que venha realizar a intervenção, identificar bloqueios, realizar essas acomodações que alavancam o aluno a transpor barreiras impostas à sua aprendizagem. Podem ser entendidas como um suporte momentâneo ou permanente, por meio de observação e/ou investigação aos profissionais e familiares dos alunos.

É possível prevenir, elaborar e intervir a partir da pesquisa bibliográfica.

As fontes primárias de busca foram obras publicadas por autores de notável propriedade sobre o assunto como os autores: Fernandes (2013), Bossa (2007) e Silva (2016), que embasam a fundamentação teórica deste artigo. Como fonte secundária, foram utilizados artigos científicos produzidos pela Academia e publicados na plataforma CAPES e Scielo, como projetos de pesquisa e dissertações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, após a realização desta pesquisa e dos estudos relacionados aos conceitos e etapas do diagnóstico institucional, assim como as reflexões e prognóstico, foi possível concluir que, ao longo da história, as oportunidades e meio de aprendizagem para aqueles que apresentam dificuldades, cresceu bastante, porém, há muito trabalho e aprendizado a se conquistar. Ainda há muito que ser

melhorado até que a educação possa atingir objetivos devidamente satisfatórios em relação à inclusão e à autonomia desses aprendentes.

Inúmeras são as dificuldades na jornada da educação, estes podem envolver desde deficiência mental, social, física, emocional e até mesmo eventualidades que prejudicam o desempenho e o progresso. No entanto, cabe ressaltar que as ações que envolvem um acompanhamento profissional realizado por um psicopedagogo são fundamentais na superação de muitas destas dificuldades e, conseqüentemente, na manutenção do alunado dentro da escola.

No mundo do trabalho, a democratização de acesso ao saber público de qualidade depende do prisma que vislumbra a problemática, do contexto em que estão embasadas as políticas e práticas que tratam da inclusão de pessoas com deficiências e necessidades especiais cognitivas. Essa área de discussão é atribulada e fortemente influenciada pelos interesses e intenções que a materializam na prática onde a solidariedade, a cooperação, o respeito, a colaboração e a humanização trabalham para a transformação social, ampla e emancipadora, fundamental para esse fazer inclusivo. O que não significa permitir ao aprendente criar dependência, ao contrário disso, propiciar progresso que muito provavelmente não aconteceria de modo natural.

Por conseguinte, é relevante acrescentar que a atuação psicopedagógica está se estabelecendo com mais efetividade dentro das escolas e tem se multiplicado ao longo dos anos, pois este é o profissional mais completo para atender de forma geral as necessidades educacionais. É o psicopedagogo que vai intermediar a tríade família x escola x professor no processo educacional.

Notou-se que é necessário incentivar e promover este tipo de exercício profissional, uma vez que este denota de grandes resultados alcançados que poderão ser apresentados em futuros trabalhos a fim de compreender os conceitos pertinentes às dificuldades e aos transtornos humanos no processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AMATUZZI, Mauro Martins. **O resgate da fala autêntica: Uma aproximação filosófica da tarefa do psicoterapeuta e do educador**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

ANDRADE NETO, Luiz de. **Atuação dos conselhos tutelares e evasão escolar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: O psicopedagogo como agente facilitador da reinserção.** Repositório Institucional da UFPB, Paraíba, 20 de fevereiro de 2015. Psicopedagogia. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2974?locale=pt_BR. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil: Contribuições a partir da prática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 3ª edição, 2007.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica, 2007.**

BRASIL, **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a educação especial.** Curitiba: Inter Saberes, 2013.

GABRIEL, Superdotado Álaze. **Metodologia da pesquisa científica: O passo a passo do fazer ciência.** Blog Metodologia Científica na Prática, São Lourenço, MG, 8 de setembro de 2013. Disponível em: <http://metodologiacientificanapratica.blogspot.com/2013/09/metodologia-da-pesquisa-cientifica-o.html>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

PACIEVITCH, Thais. Evasão Escolar. **Infoescola navegando e aprendendo.** Educação. Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

PAULILO, Maria Angela Silveira. **A pesquisa qualitativa e a história de vida. Serviço Social em Revista.** Vol 2. Nº 01. Jul/Dez, 1999. Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm . Acesso em: 07 de abril de 2012.

SILVA, Flávio Rodrigues da. **Atuação psicopedagógica frente à evasão escolar.** Repositório Institucional da UFPB, Paraíba, 25 de novembro de 2016. Psicopedagogia. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2687?locale=pt_BR. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

TAVARES, Fabiana S.S. **Educação Não Inclusiva: A trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do programa de pós-graduação em Educação (PPGE/UFPE)**. 2012. 595f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.